

DF-6 Carne clandestina está com dias contados

Eliane Oliveira

O consumo de carne clandestina em Brasília pode ter um final feliz. Um projeto de lei delegando competência ao GDF para inspecionar e fiscalizar os produtos de origem animal será encaminhado, nos próximos dias, à Câmara Legislativa. Se a matéria receber aprovação dos deputados distritais, o governador Joaquim Roriz baixará decreto regulamentando os abatedouros e a implantação de indústrias do ramo no Distrito Federal.

Segundo o secretário de Agricultura e Produção, Renato Simplicio, não há como definir o número de matadouros existentes no DF. "Sabemos que, cerca de 60 por cento da carne consumida, têm origem clandestina", afirmou. O médico veterinário Mardoqueu Gomes de Carvalho, assessor da secretaria, destaca os pontos de abate, espalhados pelo cerrado. "O corte muda de um lugar para outro", explicou.

Entorno — A regulamentação dos abatedouros teria que atingir a região do Entorno, de onde é proveniente a maior parte da carne não inspecionada pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal), do Ministério da Agricultura. A idéia une em torno de si o secretário Renato Simplicio e o Sindicato do Comércio Varejista de Carnes. De acordo com o diretor de carnes do sindicato, Joaquim Borges, vários frigoríficos do Entorno são inspecionados pelos municípios. "Só

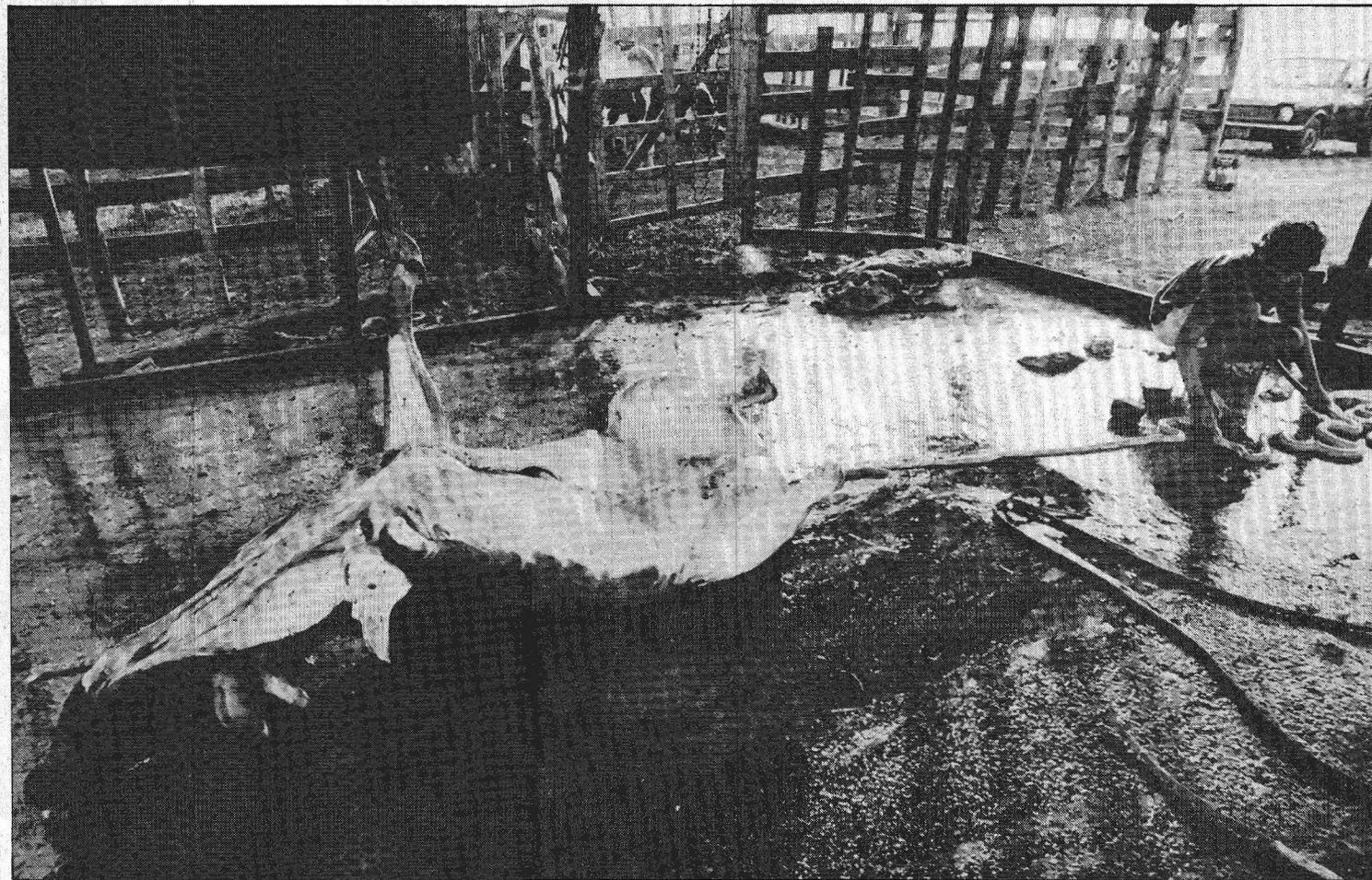
que não são sifados, ao entrar no DF. Nem por isso, oferecem riscos, já que sofreram fiscalização municipal", explicou.

Os pontos de abate são motivos de preocupação do sindicato. "Os comerciantes podem correr para esses locais, por causa dos altos preços pagos aos frigoríficos", advertiu. Para evitar o ágio e a compra de produtos animais de origem duvidosa, os diretores da entidade criaram uma central de compras, incluindo grande quantidade de açougueiros. "Pretendemos adquirir carne de outros estados, a preços 35 por cento mais baratos", contou.

Para resolver o impasse e permitir a entrada legal no DF da carne proveniente do Entorno, será preciso o aval dos governos de Goiás e Minas Gerais, de onde são os municípios da região. Com a criação da Secretaria Especial para Assuntos do Entorno, há a expectativa de um convênio, envolvendo as administrações de Minas, Goiás e DF. "O Mercado Comum do Entorno deve abranger, também, a parte sanitária, e não apenas a tributária", comentou Mardoqueu Gomes de Carvalho.

A matéria passando a competência da fiscalização e inspeção do Ministério da Agricultura para o GDF está pronta. Passou pela Procuradoria Geral do DF, que recomendou algumas alterações de ordem jurídica. O secretário de Agricultura acredita que seu encaminhamento ocorra dentro de um mês.

RONALDO DE OLIVEIRA



A falta de higiene nos abatedouros clandestinos contamina a carne durante o abate, pondo em risco a saúde do consumidor